



2025

Demonstrações Financeiras

ÍNDICE

1.	Mensagem da Administração.....	03
2.	Relatório dos auditores independentes.....	05
3.	Balanço patrimonial.....	09
4.	Demonstrações do resultado.....	10
5.	Demonstrações do resultado abrangente.....	11
6.	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
7.	Demonstrações de fluxo de caixa.....	13
8.	Notas explicativas.....	14

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi um marco na trajetória institucional da BBCE. Em um ambiente caracterizado por elevada volatilidade, desafios regulatórios relevantes e amadurecimento do mercado livre de energia, a companhia consolidou seu papel como infraestrutura essencial para a formação de preços, a integridade das negociações e a segurança das operações com ativos e derivativos de energia.

Segurança de Mercado como Pilar Estratégico

A entrada em vigor da supervisão do EHUB BBCE, em março de 2025, representou um avanço estrutural na governança do mercado. O EHUB, ambiente digital por meio do qual transitam as operações com ativos físicos, passou a contar com monitoramento integral da área independente de Autorregulação — que já supervisionava os derivativos regulados pela CVM.

A expansão dessa supervisão ao monitoramento das informações que compõem a BBCE Curva Forward fortaleceu ainda mais a qualidade do processo de formação de preços, prevenindo distorções e assegurando consistência metodológica.

Os resultados foram concretos:

- Redução de 70% nos alertas de atipicidade;
- Queda de 20% nas cartas de alerta emitidas aos participantes.

Esses indicadores refletem o avanço na régua de governança e reforçam o compromisso da BBCE com a integridade e a estabilidade do mercado.

Evolução Regulatória e Modernização Contratual

Em 2025, a BBCE promoveu duas amplas consultas ao mercado: a revisão do BBCE Contrato Padrão e a atualização da Metodologia de Risco de Mercado, base para o projeto estruturante de gestão de garantias.

A adequação do Contrato Padrão à Reforma Tributária representa um movimento pioneiro no setor. A incorporação da lógica de tributação sobre valor líquido, prevista para 2027, alinha o mercado brasileiro às melhores práticas internacionais e fortalece a liquidez e a equidade das negociações.

Ampliação de Infraestrutura e Soluções

O portfólio evoluiu com:

- BBCE Liquidação Financeira (em parceria com o Bradesco);
- BBCE RFQ;
- BBCE Chat;
- BBCE Calculadora MtM;
- Evolução do EHUB Mobile;
- Aditivos e cessão contratual no Contrato Padrão.

Mais do que novos produtos, esses avanços representam consolidação da BBCE como plataforma integrada de negociação, gestão e acompanhamento de risco.

Negócios e Performance

2025 foi o segundo melhor ano da história da companhia:

- R\$ 90 bilhões movimentados
- 80 mil operações
- 400 TWh negociados
- R\$ 3 bilhões em estoque de derivativos
- R\$ 400 bilhões acumulados desde a fundação

A BBCE Curva Forward consolidou-se como referência nacional, sendo utilizada por consultorias, bancos, EPE e CCEE, além de estar disponível globalmente via LSEG (London Stock Exchange).

O faturamento atingiu R\$ 45,6 milhões, com EBITDA positivo de R\$ 1,6 milhão. O resultado líquido foi negativo em R\$ 1,6 milhão, impactado por amortizações e depreciações, em um contexto inflacionário relevante. A companhia encerrou o exercício com R\$ 40,6 milhões em disponibilidades, preservando robustez financeira para os próximos ciclos de investimento.

Perspectiva

Ao encerrar 2025, a BBCE reafirma sua vocação de consolidar-se como a principal infraestrutura de mercado para ativos e derivativos de energia no Brasil. Segurança, transparência, governança e eficiência operacional permanecem no centro da estratégia.

O fortalecimento institucional observado neste exercício prepara a companhia para avançar em 2026 com ainda mais solidez, contribuindo para um mercado mais líquido, transparente e resiliente.

Érico Mendonça de Mello

Presidente do Conselho de Administração da BBCE



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da

BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita com prestação de serviço

Veja as Notas 6g e 17 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 39.383 mil de receita líquida com prestação de serviços da Plataforma Balcão e Plataforma Derivativos.

A receita líquida da Companhia é composta por taxas e emolumentos decorrentes da formalização de contratos padrões de compra e venda de energia elétrica na Plataforma de Balcão e Plataforma Derivativos, cujos os valores variam em função do volume de energia elétrica transacionada entre os respectivos participantes do mercado de balcão de energia elétrica e são reconhecidas quando a formalização dos contratos padrões de compra e venda de energia elétrica é efetivada dentro das plataformas da Companhia.

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita e o potencial impacto desses assuntos sobre o reconhecimento de receita nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Realização de testes matemáticos, com base em amostragem, da receita decorrente da formalização de contratos padrões de compra e venda de energia elétrica na Plataforma de Balcão e Plataforma de Derivativos da Companhia;
- Inspeção, com base em amostragem, dos contratos padrões de compra e venda de energia elétrica efetivados na plataforma de Balcão e Plataforma de Derivativos, das notas fiscais e das respectivas liquidações financeiras das receitas registradas, gerados com os participantes do mercado de balcão de energia elétrica, para avaliação se a receita foi reconhecida no momento da transferência dos serviços prestados ;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos que o saldo registrado como receita líquida e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contador CRC 1SP280836/O-5

BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	7	40.633	39.253	Fornecedores	13	909	1.059
Contas a receber	8	3.459	2.112	Obrigações sociais e trabalhistas	14	7.939	6.308
Contas a receber de partes relacionadas	8 e 22	755	452	Passivo fiscal corrente	15	664	404
Impostos a recuperar	9	2.229	771	Arrendamento a pagar	-	-	135
Direito de uso	-	-	133	Outras contas a pagar	13	1.071	643
Despesas antecipadas	-	245	371			10.583	8.549
Outras contas a receber	-	303	144				
		47.624	43.236				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Ativo fiscal diferido	10 e 21	11.549	10.777	Capital social	16	76.907	76.907
Imobilizado	11	672	529	Prejuízos acumulados		(10.080)	(8.483)
Intangível	12	17.565	22.431			66.827	68.424
		18.237	22.960				
Total do ativo		77.410	76.973	Total do passivo e patrimônio líquido		77.410	76.973

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	17	39.383	46.806
Custo dos serviços prestados	18	(16.525)	(15.738)
Resultado bruto		22.858	31.068
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(30.723)	(26.934)
Lucro / (Prejuízo) líquido antes do resultado financeiro		(7.865)	4.134
Receitas financeiras	20	5.531	3.801
Despesas financeiras	20	(35)	(41)
Resultado financeiro líquido	20	5.496	3.760
Lucro / (Prejuízo) líquido antes dos impostos		(2.369)	7.894
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	(2.972)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	772	351
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(1.597)	5.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	(1.597)	5.273
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	(1.597)	5.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social		Reserva de lucros			Total
		Capital subscrito	Capital a subscrever	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		76.907	(4.535)	526	5.144	-	58.616
Ações integralizadas	16	-	4.535	-	-	-	4.535
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.273	5.273
Absorção dos prejuízos acumulados		-	-	(526)	(5.144)	(8.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		76.907	-	-	-	(8.483)	68.424
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(1.597)	(1.597)
Absorção dos prejuízos acumulados		-	-	-	-	(1.597)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		76.907	-	-	-	(10.080)	66.827

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(1.597)	5.273
Ajustes para reconciliar o prejuízo operacional refletido no caixa			
Depreciação e amortização		9.248	8.582
Direito de uso		133	(5)
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		65	32
Plano de incentivo		-	(101)
IR diferido		(772)	(351)
(Aumento)/diminuição dos ativos:			
Contas a receber		(1.412)	(68)
Contas a receber - partes relacionadas		(303)	9
Impostos a recuperar		(1.458)	4.873
Despesas antecipadas		126	(102)
Outras contas a receber		(159)	(26)
Aumento/(diminuição) dos passivos:			
Fornecedores		(150)	82
Obrigações sociais e trabalhistas		1.631	1.683
Obrigações tributárias a recolher		260	54
Arrendamento		(135)	5
Outras contas a pagar		428	342
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		5.905	20.282
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		(414)	(393)
Baixas de ativo imobilizado		15	-
Aquisições de ativo intangível		(4.168)	(2.888)
Baixas de ativo intangível		42	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos		(4.525)	(3.281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		-	4.535
Caixa líquido das atividades de financiamentos		-	4.535
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.380	21.536
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		39.253	17.717
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.633	39.253
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.380	21.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. ("Companhia" ou "BBCE") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. São Gabriel, nº 477, 2º Andar, Jardim Paulista – São Paulo, Brasil. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, a administração, a disponibilização, a exploração e a manutenção de sistemas eletrônicos e ambientes digitais destinados à formalização, registro e acompanhamento de contratos de compra e venda de energia elétrica por meio da rede mundial de computadores, bem como a administração de bens e negócios próprios.

A BBCE é o principal mercado organizado para negócios com energia no Brasil, atuando como infraestrutura que provê serviços de negociação, pós-negociação e market data de energia física e de derivativos de energia. A Companhia é administradora de balcão autorizada a operar pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e foi pioneira na oferta de negociação de derivativos de energia no País. Sua atuação é orientada pela promoção da segurança, integridade, liquidez, eficiência e transparência dos mercados em que opera.

As operações cursadas na BBCE são fechadas bilateralmente entre as partes compradora e vendedora.

No exercício de suas atividades, a BBCE atua exclusivamente como intermediadora e provedora de plataforma tecnológica para a negociação de energia elétrica entre as partes compradora e vendedora, não sendo parte, garantidora ou contraparte das operações nelas realizadas. Dessa forma, a Companhia não concede, nem assume, garantias, expressas ou implícitas, relacionadas à celebração, validade, execução, adimplemento, liquidação financeira, entrega física da energia, preços, volumes, condições comerciais, solvência, capacidade técnica, operacional ou econômico-financeira das partes participantes.

As obrigações, riscos e responsabilidades decorrentes das negociações realizadas no ambiente da BBCE são integralmente atribuídos às respectivas partes contratantes. A Companhia não responde por perdas, danos, contingências, penalidades ou prejuízos decorrentes dessas operações, exceto nas hipóteses expressamente previstas em

contratos, regulamentos internos e normas aplicáveis, observados os limites neles estabelecidos.

A Companhia mantém estrutura de governança corporativa, controles internos, políticas de gestão de riscos, compliance regulatório e mecanismos de supervisão compatíveis com a natureza e a complexidade de suas atividades, com o objetivo de assegurar a aderência às normas da Comissão de Valores Mobiliários, às melhores práticas de mercado e à legislação vigente, bem como mitigar riscos operacionais, tecnológicos, regulatórios, reputacionais e de conformidade.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria e Conselho da Companhia em 13 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram apresentados em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da

Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Receita sobre serviços** – a receita é reconhecida pelo valor justo da compensação recebida ou a receber, reduzida por impostos sobre receitas, abatimentos e outras provisões similares;
- **Direito de uso** – a política contábil que baseia o registro e reconhecimento do contrato de arrendamento é baseado no CPC 06 (R2) que reconhece mensalmente a amortização do direito de uso. O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos, a uma taxa de desconto “implícita” no cálculo do valor a pagar.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** – são estimadas considerando os seguintes critérios: histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto – 180 dias além da situação econômica do cliente.;
- **Nota explicativa 11 - Redução ao valor recuperável de ativos** – os testes são efetuados considerando os intangíveis e imobilizado, e suas principais premissas englobam a expectativa de realização desses ativos, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais:** principais premissas consideram a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c) Mensuração do valor justo

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 24** – Instrumentos financeiros;

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. O custo histórico é uma das bases de mensuração de onde os ativos são contabilizados pelo valor pago com caixa ou seus equivalentes, garantido uma mensuração próxima a realidade do real valor recuperável do ativo.

No caso dos passivos, estes são contabilizados pelos valores de caixa e seus equivalentes a serem pagos ou pelo justo valor de outra retribuição a ser entregue para liquidar a obrigação. A Companhia também segue as premissas de atualização de valor justo para seus instrumentos financeiros, sejam eles direitos ou deveres, sempre mensurados pelo valor atualizado de acordo com resultados ou informações abrangentes.

6 Descrição das políticas contábeis materiais

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As

estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para demandas judiciais (provisão para contingências), perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seleção de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão incluídas as contas correntes em bancos com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos e passivos financeiros

Valor justo de instrumentos financeiros: Base de mensuração, os instrumentos financeiros são registrados por seu custo histórico e atualizados de acordo com a avaliação da administração por meio de atualização dos valores monetários ou pelas condições para liquidação dos valores, sendo refletidos no resultado financeiro.

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As premissas utilizadas para o cálculo são estimadas de acordo com o histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto além das informações complementares como situação econômica do cliente. Além disso são considerados os seguintes pontos: (i) que a contraparte deixe de pagar suas obrigações; (ii) é avaliado a exposição ao risco.

d) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto se reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Computadores e Periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e) Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem principalmente softwares abrangentes e setoriais com aplicação direta operacional e gastos com desenvolvimento das plataformas.

i. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização.

Os custos diretos para o desenvolvimento de softwares incluem os custos dos empregados da equipe de desenvolvimento e parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Provisões para contingência

A Companhia reconhece provisões para contingências em conformidade com o CPC 25 quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados, cuja liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com confiabilidade.

As contingências são classificadas, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, como prováveis, possíveis ou remotas.

As provisões reconhecidas são mensuradas pelo melhor valor estimado para a liquidação da obrigação na data-base, considerando, quando aplicável, a atualização monetária.

As contingências classificadas como possíveis são divulgadas em nota explicativa, sem reconhecimento contábil, enquanto aquelas classificadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas, conforme permitido pela norma.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos ou arbitrais classificados como prováveis ou possíveis, não havendo, portanto, provisões ou passivos contingentes registrados.

g) Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente à prestação de serviços de operação de intermediação e agenciamento no balcão de energia desenvolvido e administrado pela Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia segue a premissa do reconhecimento de receita no momento da transferência do controle do serviço prestado, ou seja, quando o cliente formaliza o contrato de compra e venda de energia elétrica por meio das plataformas da

Companhia e da utilização das soluções disponíveis na plataforma. As transações são efetuadas por meio da tela ou do registro de boletas eletrônicas e a tarifação é de acordo com os planos contratados, da volumetria de energia transacionada e quantidade de contratos registrados. O preço base a que são realizadas as operações pelo cliente depende da demanda/oferta transacionada na plataforma ou dos preços de negócios fechados fora da plataforma e a Companhia possui uma tabela de cobrança de acordo com o total transacionado.

Então, com o contrato formalizado e a disponibilização da plataforma, a receita é gerada e liquidada no prazo médio de 10 dias.

h) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente as receitas de juros ativos. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo seu valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros passivos, os descontos concedidos, as despesas bancárias mensuradas por meio dos juros efetivos.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

- **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j) Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um

contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da contraprestação.

- **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos Financeiros

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia compreendem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de participantes.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características dos fluxos de caixa contratuais, nas seguintes categorias:

- custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- valor justo por meio do resultado (VJR).

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros não são reclassificados, exceto em caso de alteração no modelo de negócios, sendo a reclassificação aplicada prospectivamente.

O caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber são, substancialmente, classificados como mensurados ao custo amortizado, por serem mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais e atenderem ao critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros (SPPI).

Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As receitas financeiras, variações monetárias e eventuais perdas são reconhecidas no resultado do período.

A Companhia reconhece perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, conforme o modelo de perdas esperadas previsto no CPC 48.

Um ativo financeiro é baixado quando expiram os direitos aos fluxos de caixa contratuais ou quando são transferidos substancialmente os riscos e benefícios.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Os ativos não financeiros da Companhia, compostos principalmente por imobilizado, sistemas e plataformas tecnológicas (ativos intangíveis), são registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da depreciação, amortização e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, e sempre que houver indícios de perda, a existência de evidências de que tais ativos possam ter sofrido redução em seu valor recuperável, em conformidade com o CPC 01 (R1).

O valor recuperável corresponde ao maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo dos ativos e de sua eventual alienação.

Na avaliação, a Companhia considera, entre outros fatores, o desempenho operacional, a relevância estratégica dos sistemas, a evolução tecnológica, a demanda pelos serviços, o ambiente competitivo e regulatório, bem como premissas econômicas e financeiras aprovadas pela Administração.

Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável no resultado do período.

Ao final de cada exercício, a Companhia avalia a existência de indicativos de reversão das perdas reconhecidas anteriormente, sendo eventual reversão registrada no resultado, até o limite do valor contábil que o ativo teria caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida.

l) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

m) Novas normas

Uma série de novas normas foram efetivadas a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras e não se espera impactos relevantes

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis – IFRS 18;
- Ausência de conversibilidade – alterações ao CPC 02/IAS 21;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – alterações IFRS 9 e IFRS

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	181	286
Aplicações financeiras (i)	40.452	38.967
	40.633	39.253

- (i) Referem-se a operações cujo vencimento na data do balanço seja igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e atrelado ao risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Substancialmente são remuneradas por meio da aplicação de um percentual negociado sobre a SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e CDB (Certificado de Depósito Bancário). O percentual médio mensal negociado sobre a SELIC para o exercício foi de 0,93% (0,87% para 2024) e para o CDB apurou-se a média de 101,04% DI (100,4% para 2024).

8 Contas a receber

	2025	2024
(+) Clientes nacionais	3.599	2.187
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(140)	(75)
(=) Contas a receber	3.459	2.112
(+) Contas Receber de Partes relacionadas	755	452
	4.214	2.564

A análise de vencimentos do saldo contábil das contas a receber de clientes está apresentada abaixo:

	2025	2024
A vencer	4.041	2.414
Vencidas até 90 dias	173	147
Vencidas de 91 a 180 dias	-	2
Vencidas acima de 181 dias	140	75
	4.354	2.638

Todos os clientes são analisados antes de serem cadastrados, tanto no âmbito financeiro, fiscal e societário. Ressalta-se que a operação da Companhia é muito específica, sendo que o portfólio de clientes é formado por empresas conhecidas no mercado de energia, diminuindo assim o risco de realização da carteira.

2025			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Saldo final
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(75)	(65)	(140)

2024			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Saldo final
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(44)	(66)	(75)

9 Impostos a recuperar

	2025	2024
Contribuição social	109	-
IRRF a compensar	972	-
Provisão de IR e IOF (a)	1.129	617
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	19	154
	2.229	771

(a) Impostos sobre aplicações financeiras. Valores de impostos estimados com base nos saldos disponíveis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

10 Ativo fiscal diferido

	2025	2024
IRPJ e CSLL Diferidos – Anterior à 2025	10.777	9.023
IRPJ e CSLL Diferidos – 2025	772	1.754
	11.549	10.777

IR e CSLL Diferidos são relativos aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios anteriores e corrente, impactado principalmente pelo ajuste de diferenças temporárias.

11 Imobilizado

Movimentação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Total
Em 01 de janeiro de 2024	-	18	11	223	252
Adições	-	-	-	393	393
Depreciação	-	(4)	(2)	(110)	(116)
Em 31 de dezembro de 2024	-	14	9	506	529
Adições	264	-	106	44	414
Baixas (a)	-	-	-	(15)	(15)
Depreciação	(99)	(4)	(11)	(142)	(256)
Em 31 de dezembro de 2025	165	10	104	393	672

(a) As baixas do imobilizados contemplam monitores cedidos a funcionários e um notebook furtado.

12 Ativos intangíveis

Movimentação	Plataforma derivativos	Implantação sistemas internos e softwares	BBCE Curva Foward	Plataforma EHUB BBCE	Plataforma BBCE Leilões	Intangível em desenvolvimento	Total
Em 01 de janeiro de 2024	3.636	530	129	23.151	542	21	28.009
Adições	-	-	-	42	-	2.846	2.888
Transferências	-	108	-	555	-	(663)	-
Amortização	(1.691)	(168)	(35)	(6.372)	(200)	-	(8.466)
Em 31 de dezembro de 2024	1.945	470	94	17.376	342	2.204	22.431
Adições	-	22	-	176	-	3.970	4.168
Transferências	-	320	-	4.425	-	(4.745)	-
Baixas	-	-	-	(1)	-	(41)	(42)
Amortização (a)	(1.898)	(250)	(35)	(6.609)	(200)	-	(8.992)
Em 31 de dezembro de 2025	47	562	59	15.367	142	1.388	17.565

(a) A amortização das plataformas é alocada aos custos dos serviços prestados. (Nota 18).

13 Fornecedores e outras contas a pagar

	2025	2024
Fornecedores – nacionais (i)	909	1.059
Outras contas a pagar (ii)	1.071	643
Total de fornecedores	1.980	1.702

- i. A Companhia paga seus fornecedores com um prazo de 30 dias após o recebimento da nota fiscal no sistema. No montante total a pagar se concentra principalmente fornecedores referentes ao processo de desenvolvimento e manutenção das plataformas, em que ocorrem as negociações de energia.
- ii. Notas fiscais que não são recebidas no período de corte ao fechamento contábil, são provisionadas na conta denominada “Outras contas a pagar”. Assim que a nota fiscal é recebida, a provisão é revertida contra a conta de fornecedores.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Provisão para pagamento de bônus	4.677	4.425
FGTS a recolher	118	82
INSS a recolher	601	219
IRRF	449	285
Provisão e encargos s/ férias	2.094	1.297
	7.939	6.308

15 Passivo fiscal corrente

	2025	2024
PIS / COFINS a recolher	306	140
ISS a recolher	186	108
Tributos retidos na fonte	172	156
	664	404

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

	Ações ordinárias	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	76.907	72.372
Emitidas e pagas em dinheiro	-	4.535
Emitidas em 31 de dezembro - totalmente integralizadas	76.907	76.907

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, assim como em 31 de dezembro de 2024, era composto apenas por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Essas ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

b. Reserva de lucros

- **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 2024).
- **Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% dos lucros líquidos apurados pela Companhia sejam distribuídos aos acionistas a título de dividendos. Não foram provisionados e nem distribuídos dividendos em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 2024), uma vez que a Companhia possuía prejuízos acumulados.

17 Receita líquida

	2025	2024
Receita de serviços – BBCE EHUB – Mercado Livre	35.122	39.815
Receita de serviços – BBCE Plataforma Derivativos	464	213
Receita com partes relacionadas – BBCE EHUB – Mercado Livre	9.935	14.333
Receita com partes relacionadas – BBCE Plataforma Derivativos	79	80
Receita total de serviços	45.600	54.441
(-) ISS s/ faturamento	(2.207)	(2.657)
(-) PIS s/ faturamento	(715)	(888)
(-) COFINS s/ faturamento	(3.295)	(4.090)
Total de impostos sobre receita	(6.217)	(7.635)
Total de receita líquida de serviços	39.383	46.806

A geração de receita da Companhia decorre da oferta de soluções para negociação e formalização de operações de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Livre Contratação (ACL). Também resulta dos registros e serviços de administradora de balcão para derivativos de energia.

Outra fonte de receita é oriunda do serviço BBCE Connect, que oferece integração de dados e troca de informações com os sistemas da empresa cliente por meio das tecnologias de APIs - *Application Programming Interface (Interface de Programação de Aplicação)* e *webhook*.

Vale destacar que a Companhia também possui uma recente linha de produtos e serviços de informações de mercado (*market data*), que passou a explorar em 2025. A principal fonte de receita deste segmento é a BBCE Curva Forward, importante indicador para quem quer negociar ou precificar ativos de energia ou com risco relacionado à variação do preço dessa mercadoria. Trata-se da única cotação de preços futuros de energia elétrica do Brasil calculada com base em negócios reais, tendo em vista que sua metodologia prioriza as operações fechadas na tela da plataforma de negócios EHUB BBCE.

18 Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Custo com pessoal e encargos	(2.733)	(2.221)
Consultoria TI	(5.051)	(5.140)
Amortização das plataformas	(8.741)	(8.377)
	(16.525)	(15.738)

19 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal	(19.990)	(16.789)
Despesas administrativas	(2.681)	(2.003)
Conselho Administrativo	(1.277)	(1.324)
Serviços terceirizados (i)	(5.743)	(6.043)
Depreciação direito de uso	(120)	(361)
Depreciação	(165)	(117)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(64)	(32)
Despesas Indedutíveis	(3)	65
Amortização	(349)	(168)
Crédito de PIS COFINS Extemporâneo	-	28
Outros	(331)	(190)
	(30.723)	(26.934)

- (i) A rubrica compreende os serviços de assessoria de marketing, contábil e fiscal, consultoria jurídica e empresarial necessários para sustentação das atividades operacionais e corporativas da Companhia.

20 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.462	3.212
Outros	69	589
Total das receitas financeiras	5.531	3.801
Despesas bancárias	(21)	(11)
Outras despesas	(13)	(22)
Juros Passivos	(1)	(8)
Total das despesas financeiras	(35)	(41)
Resultado financeiro líquido	5.496	3.760

21 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

Durante o exercício de 2025, assim como em 2024, a Companhia manteve seu regime de tributação no lucro real. Os valores de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2025, demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais: Reconciliação no regime de lucro real anual:

Reconciliação IRPJ E CSLL		
	2025	2024
Resultado contábil antes do IR e CS	(2.369)	7.894
(+) Adições	4.776	4.099
(-) Exclusões	(3.973)	(4.128)
(=) Base tributável	(1.566)	7.865
CSLL Corrente - 9%	-	791
IRPJ Corrente - 25%	-	2.181
	-	2.972

Composição do IRPJ E CSLL diferido		
	2025	2024
Prejuízo Fiscal – período anteriores	31.237	26.537
Prejuízo Fiscal – 2025	1.566	4.700
Diferenças Temporárias	1.166	460
Base total	33.969	31.697
CSLL Diferido - 9%	3.057	2.853
IRPJ Diferido - 25%	8.492	7.924
	11.549	10.777

A Companhia com base nas projeções de resultados futuros, decidiu constituir IRPJ e CSLL diferidos de anos anteriores. Ademais, a Companhia tem como projeção, o aproveitamento desses tributos diferidos, conforme quadro abaixo:

Período	IRPJ/CSLL Diferidos	Compensações	Saldo
2025	772		11.549
2026	946		12.495
2027		(339)	12.156
2028		(796)	11.360
2029		(878)	10.481
2030		(1.221)	9.261
2031		(1.412)	7.848
2032		(1.611)	6.238
2033		(1.816)	4.421
2034		(2.029)	2.393
2035		(2.393)	-
TOTAL	12.495	(12.495)	

22 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas.

A Companhia considera como parte relacionada, as empresas que detém ações que compõem seu capital social, bem como empresas que fazem parte do grupo econômico de seus acionistas.

a) Saldos e transações com empresas acionistas da Companhia

2024	Ativo Circulante	Receita
Empresas acionistas e grupo econômico	452	14.413
2025	Ativo Circulante	Receita
Empresas acionistas e grupo econômico	755	10.014

b) Natureza, termos e condições das transações

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia teve operações com partes relacionadas efetuadas em condições comerciais de mercado, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação comercial existente é a prestação de serviços pela utilização da Plataforma E-HUB e da Plataforma Derivativos da BBCE.

c) Remuneração da diretoria

A Remuneração da diretoria (diretores) ocorre por meio da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo do atual presidente da Companhia e demais diretores foi no montante de R\$ 7.371 mil (R\$ 9.066 mil em 2024).

23 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros	2025	2024
Valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa (Nota 7) – Nível 2	40.633	39.253
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	3.508	2.112
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8 e 22)	755	452
Passivos financeiros	2025	2024
Custo amortizado		
Fornecedores (Nota 13)	909	1.059
Outras contas a pagar (Nota 13)	1.071	643

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos;

a) Gerenciamento de riscos

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

b) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e todos sujeitos a taxas de juros variáveis. A Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

c) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

d) Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes.

e) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

24 Outras informações

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400 de 21 de novembro de 2019, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não prestou outros serviços a companhia que não os de auditoria independente, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os seus interesses e do seu cliente.